

educação

INCA É A ÚNICA INSTITUIÇÃO NO PAÍS QUE CAPACITA PROFISSIONAIS PARA TRABALHAR COM A COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A DOENÇA

Registros de câncer: uma vitória da saúde pública

Na década de 1920, a saúde pública crescia como questão social no Brasil, em pleno auge da economia cafeeira. A partir de então, as ações de saúde tentaram dar conta da demanda em todo o País. Isso levou ao aprimoramento técnico do trabalho de registros de câncer: foi recomendado que os atestados de óbito passassem a ser lavrados em impressos apropriados, contendo informações sobre a doença – um passo importante na longa tarefa de consolidação dos registros de câncer. Hoje, eles são fundamentais como ferramenta de integração e apoio à elaboração da política nacional de prevenção, assistência e controle da doença.

Na década de 1960, foram implantados os dois primeiros Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP) do País – Recife e São Paulo –, e, em 1983, o primeiro registro hospitalar de câncer (RHC), seguindo as normas recomendadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Atualmente, o INCA promove, todos os anos, cursos para registradores, com capacitação de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Junto com os conhecimentos técnicos, as habilidades comportamentais se tornam um diferencial



para o registrador de câncer. A aptidão é necessária, já que o registrador vai coletar informações importantes do paciente, como o tipo de tumor e os exames realizados. “É um trabalho de detetive”, compara a estatística Marcell Santos, que possui mestrado e doutorado em Saúde Pública e é técnica da área de Vigilância e Análise de Situação do INCA. Quem lida bem com tarefas rotineiras e é organizado consegue executar o trabalho com extrema eficiência, destaca.

Para se candidatar ao curso de formação de registrador de câncer, é necessário já atuar no SUS, exercendo funções ligadas aos Registros de Câncer, e ter nível médio de escolaridade. O interessado precisa, ainda, apresentar carta de recomendação da instituição onde trabalha. “Podem se candidatar servidores públicos ou prestadores de serviço, de unidades públicas, privadas (prestadores do SUS) ou hospitais filantrópicos. A escolaridade mínima exigida é o nível médio, mas o candidato pode ter nível superior”, esclarece Marcell.

Após a capacitação, os registradores podem trabalhar em Registro Hospitalar de Câncer (RHC) ou Registro de Câncer de Base Populacional (RCBP). Nos RHCs são coletadas informações de todos os pacientes atendidos no hospital com diagnóstico confirmado de câncer. Nos RCBPs, o trabalho se dá por meio de centros sistematizados de coleta, armazenamento, processamento e análise de informações sobre a ocorrência e as características de casos novos em uma determinada população delimitada por uma região geográfica. Nesse caso, o trabalho do registrador é feito dentro das secretarias municipais ou estaduais de Saúde ou entidades filantrópicas.

Há muita rotatividade na função porque, após se capacitar, muitas vezes, o trabalhador acaba sendo absorvido por outros setores, como pesquisa ou faturamento, ou até mesmo em outras unidades.

CERTIFICADO PARA ALUNO COM 70% DE APROVEITAMENTO

Somente o INCA oferece o curso de registrador de câncer. As aulas são ministradas tanto na instituição (ao longo de duas semanas) como nos estados que solicitam o treinamento (durante uma semana).

O primeiro curso foi realizado em 1985. O número de formados, anualmente, varia de acordo com a demanda dos treinamentos descentralizados. Em 2012, foram realizados oito cursos – um organizado pelo INCA e sete pelas secretarias estaduais de Saúde, totalizando 242 participantes.

O INCA oferece, anualmente, 50 vagas para o curso de formação de registradores de câncer na

instituição. As aulas são ministradas pela equipe da área de Vigilância e Análise de Situação e por profissionais de outros setores do Instituto, que formam um corpo médio de 15 instrutores. Os alunos que obtêm 70% de aproveitamento nas aulas recebem o certificado de aprovação.

A primeira semana do curso é teórica e aborda, entre outros temas, planejamento, organização, codificação e análise de prontuário e das fichas para notificação de casos para RHC e RCBP. Na segunda semana, o aluno coloca em prática os conhecimentos de preenchimento e análise de fichas e a utilização dos *softwares* desenvolvidos pelo INCA para RHC e RCBP.

MONITORAMENTO DA TENDÊNCIA DO NÚMERO DE CASOS

Os registros de câncer, tanto os hospitalares como os de base populacional, são de grande importância: a coleta de informações sobre incidência e morbidade hospitalar por câncer permite o monitoramento dos tipos mais frequentes da doença em determinada população, identifica o perfil populacional e qual a magnitude do câncer naquela população, além de propiciar informações sobre os casos novos. “Essas ferramentas orientam a política de assistência e as ações de prevenção e controle da doença”, explica Marcell Santos.

Pelos RHCs é possível saber em que estágio os pacientes chegam aos hospitais: se a tempo de serem tratados ou apenas para receber cuidados paliativos. Os registros hospitalares também servem para monitorar o aumento ou a queda do número de casos de câncer, além de mensurar o tempo entre o diagnóstico e o tratamento. “Tudo é importante para organizar a rede e orientar as medidas que devem ser tomadas. Essas informações subsidiam o Ministério da Saúde e os gestores na tomada de decisões”, diz Marcell.

As informações dos RHCs são enviadas, anualmente, para as secretarias estaduais de Saúde e para o INCA. No momento, está sendo fechada a base consolidada de 2010. Já os números dos RCBPs são atualizados em março, julho e novembro e enviados para o INCA, que disponibiliza as informações consolidadas em seu portal (<http://www.inca.gov.br/vigilancia>).

Resultado de ações nacionais em vigilância, a profissionalização dos registros de câncer no Brasil, ao longo dos anos, vem se destacando pela qualidade na coleta de informações. Prova disto é que a edição de 2013 da *Cancer Incidence in Five Continents*, publicação da Agência Internacional para Pesquisa



Aula do curso de registrador de câncer no INCA, única instituição do País que oferece o treinamento

em Câncer (IARC, na sigla em inglês) vai incluir seis Registros de Câncer de Base Populacional do Brasil que já tiveram seus números aprovados, dentro das diretrizes da agência. A publicação tem periodicidade de cinco anos, e os critérios analisados levam em conta a consistência, série histórica, entre outros indicadores. Os registros considerados aptos para a publicação são os de Aracaju, Belo Horizonte, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia e São Paulo. As informações se referem ao período de base 2003/2007.

Outra novidade é que todos os RCBPs brasileiros foram convidados a participar de mais uma publicação da IARC, *Cancer Incidence in Central and South America*. Marise Rebelo, gerente da área de Vigilância e Análise de Situação, é membro do comitê editorial da revista. A expectativa é que 16 registros façam suas publicações, inclusive com séries históricas.

CIDADES QUE TÊM O SERVIÇO NO BRASIL

Há, no Brasil, 32 RCBPs implantados, dos quais 24 têm informações consolidadas. São eles: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, Grande Vitória, Jau, João Pessoa, Manaus, Natal, Palmas, Poços de Caldas, Porto Alegre, Recife, Roraima, Salvador, São Paulo e Teresina. Outros três estão em fase de implantação: Angra dos Reis, Maranhão e Santos.

No que se refere aos hospitais, 100% dos 44 Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Cacons) e 90,2% das 224 Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (Unacons) habilitados no Sistema Único de Saúde contam com RHCs.

O apoio da IARC se reverte, muitas vezes, na possibilidade de capacitação, intercâmbio e bolsas para cursos curtos, beneficiando os profissionais que coordenam os registros.

PASSO A PASSO PARA SER UM REGISTRADOR

O candidato ao Curso de Formação Básica de Registradores de Câncer deve ficar atento, porque as inscrições ocorrem, geralmente, no mês de julho, no portal do INCA (www.inca.gov.br). Os pré-requisitos são exercer funções ligadas a registros de câncer (hospitalar ou de base populacional) e possuir, no mínimo, nível médio.

Após a inscrição *on-line*, os documentos necessários deverão ser enviados para o e-mail informado (sedoc@inca.gov.br). São exigidas cópias da carteira de identidade, CPF, carteira do conselho da categoria profissional (se aplicável) e do certificado da última titulação acadêmica (diploma de conclusão do Ensino Médio), além de carta da chefia imediata, indicando que o candidato exerce funções ligadas ao registro de câncer (comprovante de pré-requisito). A falta de envio da documentação necessária ou o envio fora do prazo impossibilitam a participação no curso.

Outra exigência é que os candidatos não tenham participado de cursos de Formação Básica de Registradores de Câncer oferecidos anteriormente. A seleção analisa, ainda, os candidatos que atuam em hospitais da rede SUS ou em RCBPs e a ordem de inscrição. Só é permitido um candidato por instituição.

A solicitação de cursos externos ao INCA depende da necessidade de cada estado. Alguns já vêm adotando a rotina de capacitações anuais para novos profissionais de registro ou de atualização para os que já atuam na área. Os cursos externos previstos para este ano acontecerão na Bahia, de 7 a 11 de outubro, e em Santa Catarina, de 4 a 8 de novembro. ■